

# SUMÁRIO

## Capítulo 1

RECURSOS – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	19
1.1 Conceito e Finalidade .....	19
1.2 Classificação dos Recursos .....	21
1.3 Princípios Específicos dos Recursos .....	23
1.3.1 Duplo Grau de Jurisdição .....	24
1.3.2 Fungibilidade .....	24
1.3.3 Unirrecorribilidade (ou Unicidade ou Singularidade) ...	27
1.3.4 Vedação a Reformatio in Pejus .....	27
1.3.5 Colegialidade .....	28
1.3.6 Fungibilidade .....	28
1.3.7 Voluntariedade.....	28
1.3.8 Quadro Resumo .....	29
1.4 Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito.....	31
1.4.1 Juízo de Admissibilidade.....	31
1.4.1.1 Pressupostos Intrínsecos .....	32
1.4.1.2 Pressupostos Extrínsecos .....	38
1.4.2 Juízo de Mérito .....	49
1.5 Efeitos dos Recursos .....	50
1.5.1 Quadro Resumo .....	50
1.5.2 Efeito Devolutivo .....	52
1.5.3 Efeito Translativo .....	56
1.5.4 Efeito Suspensivo .....	57

1.5.5 Efeito Expansivo.....	60
1.5.6 Efeito Substitutivo .....	60
1.5.7 Efeito Obstativo .....	60
1.5.8 Efeito Regressivo.....	61
1.6 Preclusão Lógica .....	61
1.7 Despachos Não Cabe Recurso.....	61
1.8 Decisão Pode Ser Impugnada no Todo ou em Parte .....	62

## **Capítulo 2**

APELAÇÃO .....	63
2.1 Conceito.....	63
2.2 Requisitos da Apelação .....	65
2.3 Retratação .....	68
2.4 Contrarrazões.....	69
2.5 Procedimento no Tribunal: Recebimento e Distribuição .....	69
2.6 Efeitos da Apelação .....	71
2.6.1 Efeito Devolutivo .....	71
2.6.2 Efeito Suspensivo .....	75
2.7 Teoria da Causa Madura.....	76
2.7.1 Requisitos .....	76
2.7.2 Teoria da Causa Madura em Agravo de Instrumento ....	78
2.8 Decisão que Julga Procedente Impugnação em Cumprimento de Sentença. Encerramento de Fase Processual .....	79

## **Capítulo 3**

AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	81
3.1 Considerações Preliminares .....	81
3.2 Agravo de Instrumento .....	82

3.2.1 Hipóteses do Artigo 1.015 do CPC .....	82
3.2.2 Considerações acerca das Hipóteses do Artigo 1.015 ...	86
3.2.2.1 <i>Tutelas Provisórias</i> .....	86
3.2.2.2 <i>Mérito do Processo</i> .....	99
3.2.2.3 <i>Rejeição da Alegação de Convenção de Arbitragem</i> .....	102
3.2.2.4 <i>Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica</i> .....	103
3.2.2.5 <i>Rejeição do Pedido de Gratuidade da Justiça ou Acolhimento do Pedido de sua Revogação</i> .....	106
3.2.2.6 <i>Exibição ou Posse de Documento ou Coisa</i> .....	107
3.2.2.7 <i>Exclusão de Litisconsorte</i> .....	108
3.2.2.8 <i>Rejeição do Pedido de Limitação do Litisconsórcio</i> .....	109
3.2.2.9 <i>Admissão ou Inadmissão de Intervenção de Terceiros</i> .....	110
3.2.2.10 <i>Concessão, Modificação ou Revogação do Efeito Suspensivo aos Embargos à Execução</i> .....	111
3.2.2.11 <i>Redistribuição do Ônus da Prova nos Termos do Artigo 373, § 1º</i> .....	112
3.2.2.12 <i>Outros Casos Expressamente Referidos em Lei</i> ...	115
3.2.3 Taxatividade Mitigada do Rol do Artigo 1.015 (Interpretação Extensiva ou Analógica) .....	115
3.2.4 Outros Casos de Cabimento de Agravo de Instrumento .....	117
3.2.5 Agravo de Instrumento no Direito Falimentar e Recuperacional .....	123

3.2.6 Interposição do Agravo de Instrumento .....	128
3.2.7 Comprovação da Interposição do Agravo de Instrumento .....	129
3.2.8 Procedimento no Tribunal .....	131
3.2.9 Não Cabe Agravo de Instrumento .....	132

#### **Capítulo 4**

AGRAVO DE INTERNO.....	135
4.1 Considerações Iniciais .....	135
4.2 Procedimento .....	137
4.3 Multa .....	140
4.4 Interposição de Outro Recurso .....	140

#### **Capítulo 5**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....	141
5.1 Considerações Iniciais .....	141
5.2 Procedimento .....	149
5.3 Julgamento dos Embargos de Declaração .....	149
5.4 Efeitos dos Embargos de Declaração .....	151
5.5 Embargos de Declaração Protelatórios. Multa .....	152
5.6 Reiteração de Embargos de Declaração .....	153
5.7 Técnica de Julgamento Ampliado .....	154

#### **Capítulo 6**

RECURSO ORDINÁRIO .....	157
6.1 Considerações Iniciais .....	157
6.2 Base Constitucional .....	157
6.3 Base Infraconstitucional (CPC).....	158

## Capítulo 7

RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL .....	163
7.1 Disposições Gerais .....	163
7.2 Base Constitucional .....	164
7.3 Requisitos de Admissibilidade em Comum (RE e REsp) ..	166
7.3.1 Esgotamento Recursal .....	166
7.3.2 Prequestionamento.....	167
7.4 Procedimento e Prazo .....	171
7.5 Recurso Fundado em Divergência Jurisprudencial .....	172
7.6 Desconsideração de Vício Formal.....	173
7.7 Extensão da Suspensão de Processos, no Âmbito do Território Nacional, em Decorrência de Instauração de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).....	175
7.8 Efeito Suspensivo a Recurso Especial ou Extraordinário ..	176
7.9 Contrarrazões e Providências Cabíveis .....	176
7.10 Interposição Conjunta do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial .....	179
7.11 Recurso Especial que Versa sobre Questão Constitucional .....	180
7.12 Repercussão Geral.....	181
7.12.1 Considerações Iniciais .....	181
7.12.2 Hipóteses de Repercussão Geral.....	182
7.12.3 Reconhecida a Repercussão Geral. Procedimentos...	183
7.12.4 Negada a Repercussão Geral. Procedimentos .....	183
7.13 Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos.....	184
7.13.1 Considerações Preliminares.....	184

7.13.2 Seleção de Recursos .....	185
7.13.3 Decisão de Afetação .....	185
7.13.4 Instrução da Controvérsia .....	187
7.13.5 Decisão da Questão Repetida .....	188
7.13.6 Irradiação dos Efeitos da Decisão para os Casos Repetidos .....	188

## **Capítulo 8**

### AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO

.....	191
8.1 Cabimento .....	191
8.2 Procedimentos .....	192

## **Capítulo 9**

### EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....

9.1 Cabimento .....	195
---------------------	-----

## **Capítulo 10**

### UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA E PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS .....

10.1 Considerações Preliminares .....	201
10.2 Uniformização da Jurisprudência .....	201
10.3 Precedentes Obrigatórios.....	202
10.3.1 Obligatoriedade .....	202
10.3.2 Alteração de Tese Jurídica.....	211
10.3.3 Alteração de Jurisprudência Dominante do STF, dos Tribunais Superiores ou de Casos Repetitivos .....	211
10.3.4 Modificação de Enunciado de Súmula, de Jurisprudência Pacificada ou de Tese Adotada em Julgamento de Casos Repetitivos.....	212

10.3.5 Publicidade .....	212
10.4 Casos Repetitivos .....	213
<b>Capítulo 11</b>	
ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS .....	215
11.1 Casos Repetitivos .....	215
11.2 Registro e Distribuição .....	218
11.3 Poderes do Relator.....	220
11.4 Julgamento Colegiado e Dever de Informação .....	222
11.5 Ordem de Julgamento.....	223
11.6 Sustentação Oral.....	224
11.7 Questão Preliminar (Juízo de Admissibilidade).....	225
11.8 Rejeição da Questão Prejudicial e Julgamento da Questão Sucessiva .....	226
11.9 Pedido de Vista.....	226
11.10 Resultado do Julgamento.....	227
11.11 Técnica de Ampliação do Colegiado.....	227
11.12 Registro Eletrônico e Ementa.....	233
11.13 Técnica de Ampliação do Colegiado.....	233
11.14 Ordem de Julgamento (Agravo de Instrumento e Apelação)	
11.15 Passo-a-passo.....	234
<b>Capítulo 12</b>	
INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA (IAC).....	237
12.1 Considerações Iniciais.....	237
12.2 Cabimento (Pressupostos) .....	238
12.3 Procedimento .....	243
12.4 Regimentos Internos do STF e STJ.....	244

## **Capítulo 13**

INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE .....	249
13.1 Considerações Preliminares .....	249
13.2 Controle Difuso de Constitucionalidade .....	251
13.3 Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade .....	254

## **Capítulo 14**

INCIDENTE DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	259
14.1 Considerações Preliminares .....	259
14.2 Procedimentos .....	260

## **Capítulo 15**

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)	
.....	263
15.1 Considerações Iniciais.....	263
15.2 Cabimento .....	264
15.3 Procedimento.....	267
15.4 Julgamento do Incidente.....	268
15.5 IRDR Admitido .....	271
15.6 Fundamento do Acórdão .....	272
15.7 Suspensão de Processos.....	272
15.8 Publicidade .....	274
15.9 Banco Eletrônico de Dados com Informações sobre Questões de Direito Submetidas ao Incidente.....	274
15.10 Força Normativa do Incidente.....	275
15.11 Revisão da Tese Jurídica .....	276
15.12 Recursos .....	277
15.13 Observatório Brasileiro de IRDRs .....	277



## **Capítulo 16**

HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA..... 279

16.1 Requerimento ..... 279

16.2 Sentença Estrangeira de Divórcio Consensual..... 280

16.3 Execução a Decisão Estrangeira Concessiva de Medida de Urgência ..... 280

16.4 Requisitos da Homologação da Decisão ..... 281

16.5 Não Homologação da Decisão Estrangeira ..... 282

16.6 Cumprimento da Decisão Estrangeira ..... 282

## **Capítulo 17**

AÇÃO RESCISÓRIA ..... 285

17.1 Considerações Iniciais..... 285

17.2 Hipóteses de Ação Rescisória ..... 286

17.3 Rescisão Parcial da Sentença ..... 292

17.4 Legitimidade para Propor a Ação Rescisória ..... 292

17.5 Requisitos da Petição Inicial ..... 294

17.6 Procedimentos ..... 296

17.7 Prazo Decadencial ..... 298

17.8 Não Cabimento de Ação Rescisória..... 298

17.9 Ação Anulatória: Atos Judiciais Não Sujeitos à Ação Rescisória ..... 299

17.10 Diferença entre Ação Rescisória e Ação de *Querela Nullitatis* ..... 301

## **Capítulo 18**

RECLAMAÇÃO ..... 303

18.1 Considerações Iniciais..... 303

18.2 Cabimento .....	304
18.3 Procedimento .....	309
18.4 Inadmissibilidade da Reclamação .....	310
18.5 Existência de Outros Remédios Processuais .....	311
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	313
BIBLIOGRAFIA.....	317